

2016 EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 8 - N.01
Março de 2016
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ
Comunicação Política

Rodolfo Marques
Bruno Conceição
Thiago Moraes
Doacir Quadros
Érica Anita Baptista
Patrícia Contreiras
Romer Mottinha

OPINIÃO
Gláucio Soares

RESENHA
Nerea Ramírez
Noelle Del Giúdice
Paulo Victor Melo



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

OS PARTIDOS, A REGRA DO JOGO E A CRISE

Carlos Ranulfo Melo
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ carlos.ranulfo@yahoo.com.br

Resumo: O artigo aponta dois fatores considerados decisivos para que se possa entender a crise atual e seus possíveis desdobramentos. O primeiro deles refere-se ao que está se passando no nível do sistema partidário nacional. O segundo remete ao posicionamento de setores da sociedade e em especial da elite política frente a uma regra básica das democracias: o respeito aos resultados eleitorais.
Palavras-chave: Sistema Partidário; Democracia; Regras do Jogo; Estabilidade.

Abstract: The article points out two factors considered crucial so that we can understand the current crisis and its possible consequences. The first refers to what is happening to the national party system. The second concerns the stance adopted by part of the political elite regarding a basic rule of democracy: the respect for the election results.

Keywords: Party System; Democracy; Game Rules; Stability.

O Brasil enfrenta uma crise política sem perspectivas de resolução em curto prazo. Em um processo rápido e mesmo surpreendente, cujos primeiros sintomas datam das manifestações de 2013, entramos em um período em que a incerteza e instabilidade política tendem a dar a tônica.

Neste artigo aponto dois fatores que considero decisivos para que se possa entender o atual cenário e seus possíveis desdobramentos. O primeiro deles refere-se ao que está se passando no nível do sistema partidário nacional. O segundo remete ao posicionamento de setores da sociedade e em especial da elite política frente a uma regra básica da democracia: o respeito aos resultados eleitorais.

Contrariando os prognósticos mais pessimistas, o Brasil superou as turbulências associadas à dupla transição efetuada entre meados dos anos 1980 e 1990: de um lado, a volta ao regime democrático e, de outro, a mudança efetuada na matriz desenvolvimentista adotada desde os anos

Vargas. E o fez tendo como ponto de partida um sistema partidário incipiente, no qual a esmagadora maioria dos partidos não possuía lastro social de nenhuma espécie e enfrentando um processo de crescente fragmentação no Congresso.

Em que pese todos os problemas, o fato é que a partir de 1994 o país ingressou em um período de estabilidade política que permitiu o fortalecimento de suas instituições democráticas e o desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas que levaram à melhoria de todos os seus indicadores econômicos e sociais. Para que isso ocorresse foi determinante que o sistema político encontrasse um ponto de ancoragem: o padrão adquirido pelas eleições presidenciais. Ao se firmarem como referências indiscutíveis neste processo, PT e PSDB definiram em torno de que se daria a competição e quais seriam seus principais protagonistas, levando os demais partidos a estabelecer a partir daí as suas estratégias. Em poucas palavras, a incerteza – expressa de forma lapidar nas eleições de 1989 – foi substituída pela previsibilidade naquela que é uma dimensão crucial em qualquer sistema político: a disputa pelo governo central.

Este quadro, no entanto, está mudando rapidamente e o fator determinante para tanto é a crise enfrentada pelo PT – segundo o DataFolha, o índice dos que se simpatizavam com a sigla caiu de 29% no início de 2013 para cerca 11% em dezembro de 2015. Antes de qualquer coisa, é preciso deixar claro que o partido chegou onde está pelas suas próprias pernas. E não foram os erros na economia a única, e nem a principal, razão para tanto. Recessão, inflação e desemprego criaram, é certo, o ambiente para que mesmo aqueles que viram sua condição de vida melhorar nos últimos doze anos, engrossassem o coro dos descontentes. Mas o X da questão está na erosão da credibilidade. O problema é que após anos e anos propondo uma alternativa ao modo de fazer política no país, o partido caiu na esparrela de sempre e sequer encontra-se em condições de reconhecer tal fato. Como se chegou a

este ponto? A resposta é complexa para tão curto artigo, mas a melhor pista a seguir é a da “velha” oligarquização. Dirigido desde seus primeiros anos por um mesmo campo majoritário, o partido gradativamente perdeu a capacidade de estabelecer mecanismos de controle sobre as escolhas de um reduzido núcleo dirigente – processo acelerado após 2002, quando este grupo passou a ter acesso a poderosos grupos de interesse e a contar com vultosos recursos para comandar a organização.

Os erros do PT permitiram ao discurso conservador dizer que a marca do partido é a corrupção, o que não é verdade. A corrupção é uma velha conhecida da política brasileira. O que diferenciou a trajetória do PT foi a busca pela inclusão social, essa sim, uma companheira com rara presença em nossa história. Seja como for, mesmo que o PT sobreviva à crise – graças aos recursos organizacionais e financeiros ainda disponíveis e ao “núcleo duro” de seus simpatizantes e militantes – o fará como uma lenda de porte médio e dificilmente conseguirá manter o protagonismo das últimas décadas.

É evidente que uma mudança no padrão de competição em torno da Presidência da República poderia significar apenas isso, ou seja, uma mudança, sem que implicar na abertura de um cenário de instabilidade política. Acontece que, nas condições do Brasil, a ausência de uma alternativa partidária eleitoralmente competitiva, capaz de canalizar para o interior das instituições representativas a busca pela superação do secular quadro de desigualdade e injustiça social, tende a constituir-se em foco de tensão política sistemática.

Ademais, é preciso perceber que a fragilização do PT abre espaço para que o campo à direita enfrente um processo de fragmentação também no nível da disputa presidencial. A razão é simples: caso não tenham mais que temer a ameaça petista, aqueles que suspiraram aliviados com Collor em 89, assistiram espantados à vitória de Lula em 2002, engoliram sua raiva diante da excelente avaliação obtida pelo governo do petista e agora exalam seu ódio vestindo camisas da CBF, poderão se sentir livres para buscar alternativas melhores que

o PSDB. Os sinais de tal movimento estão aí: depois de não conseguirem falar nas manifestações pelo impeachment, os tucanos agora caem nas pesquisas para a Presidência da República em 2018.

Ao que tudo indica são boas, portanto, as chances de que volte a se abrir um período de incerteza eleitoral. Se a mudança no padrão não é um problema em si, a questão muda de figura quando o cenário futuro aponta para uma ausência de padrão.

O segundo fator de instabilidade remete a um dos pontos clássicos da literatura de ciência política: o fato de que, como ensinou Robert Dahl, a estabilidade das democracias guarda relação com a atitude adotada pelos ativistas políticos em relação ao regime. Indo de forma mais direta ao que aqui interessa, cabe lembrar que a democracia pode ser definida como “um sistema em que partidos perdem eleições” (PRZEWORSKI, 1991). E, evidentemente, respeitem os resultados, aguardando até a próxima rodada.

Ora, acontece que tão logo as urnas de 2014 foram fechadas ficou evidente que a oposição, capitaneada pelo PSDB, havia estabelecido como meta o encurtamento do mandato de Dilma Rousseff. Primeiro houve uma (mal) explicada solicitação de recontagem de votos. O pedido remetia aos procedimentos adotados pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas, estranhamente, lançava suas dúvidas apenas sobre o resultado do segundo turno, deixando de lado o primeiro, quando o candidato do partido teve subida meteórica nos últimos dias de campanha. Na sequência, Aécio Neves declarou à imprensa que havia sido derrotado por uma “organização criminosa”¹ e seus correligionários passaram a flertar com as primeiras manifestações que, em São Paulo, desfraldavam a bandeira do impeachment sem se preocupar com qualquer fundamentação legal para tanto². Logo depois, o partido entrou com pedidos de cassação de Dilma junto ao TSE

¹ Jornal O Globo, edição de 30 de novembro de 2014.

² <http://G1.globo.com> em 06 de dezembro de 2014.

alegando que sua legitimidade era “extremamente tênue”³. Ao longo de 2016, junto com DEM e PPS, aliou-se ao notório Eduardo Cunha em uma estratégia cujo foco era infernizar a vida da Presidente da República. Um após outro foram acessos os pavios de várias pautas bomba que, se aprovadas, provocariam o agravamento ainda maior da situação das contas públicas, em uma atitude contraditória não apenas com o discurso de campanha da oposição, mas com todo um legado de políticas de austeridade inaugurado em 1994. Por fim, o PSDB e seus aliados mais próximos resolveram concordar formalmente com o argumento de que a prática das chamadas “pedaladas fiscais” havia se tornado, de um momento para o outro, crime de responsabilidade e aderiram sem meias palavras ao impeachment.

O processo de impeachment, além de revelar até que ponto se mantém o compromisso de parte da elite política com a democracia, vem servindo também para reafirmar algo conhecido a partir das pesquisas do Latinobarômetro: a existência de um extenso contingente do eleitorado disposto a aceitar uma solução autoritária como saída para situações de crise aguda. Nesse ponto, os dois níveis de retroalimentam: as massas insatisfeitas com o governo recorrem aos líderes cujo objetivo é o encurtamento do mandato presidencial e estes, exercendo uma espécie de bolivarianismo de direita, dizem que fazem o que fazem por respeito à voz das ruas.

Resultado deste processo, o governo Temer – caso sobreviva ao TSE, à Lava Jato, à crise econômica e à reação que as inevitáveis medidas de arrocho irão gerar – não tem como ser considerado legítimo, ainda que respaldado por ampla maioria congressual, amparado pela imprensa e saudado pelas lideranças empresariais. E o problema não reside no fato de que a maioria da população venha se manifestando pelo seu impedimento ou mesmo no amplamente sabido envolvimento de vários de seus principais protagonistas nas investigações comandadas pelo Ministério Público e/ou da Polícia Federal

³ Folha de São Paulo, edição do dia 21 de dezembro de 2014.

– afinal, tudo isso se aplicava ao governo Dilma e à sua base de sustentação. O problema, como disse o deputado Molon (Rede-RJ), durante a longa e ilustrativa sessão da Câmara que discutiu e aprovou a admissibilidade do impeachment, é que se trata de um governo que chegou ao Palácio do Planalto pela porta dos fundos, como resultado de uma clara ruptura com as regras do jogo.

O abalo nas referências partidárias e a quebra de consensos básicos não chega a ameaçar a democracia enquanto regime, ainda que seja motivo de preocupação o crescente espaço ocupado pela intolerância – nas tribunas do Congresso, nas ruas ou nos consultórios de pediatria – e pelos propagadores de soluções autoritárias. Mas será suficiente para afastar a estabilidade por um período de tempo difícil de prever.

Referências

PRZEWORSKI, A. *Democracia e Mercado – no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1991.